

Crianças e Pornografia

O Parlamento Europeu aprovou uma directiva que prevê **sanções penais mais severas contra as pessoas que abusam sexualmente de crianças** ou que acedem a pornografia infantil na Internet. As novas regras obrigam também os Estados-Membros a remover os sítios Web que contenham pornografia infantil ou, se isso não for possível, permite-lhes bloquear o acesso a essas páginas.

ver pág. 15

Orçamento 2012

O **orçamento da UE para 2012** visa o crescimento, emprego e inovação na União Europeia e para o apoio ao desenvolvimento e à democracia nos países vizinhos

O Parlamento Europeu procurou também cortar no seu orçamento. O Deputado português **José Manuel Fernandes**, foi o Relator.

ver pág. 8

Bulgária e Roménia

O Parlamento Europeu pediu aos Estados-Membros que continuem a impor **restrições ao acesso dos cidadãos búlgaros e romenos** aos mercados de trabalho que as suprimam até ao final deste ano. "*Estes entraves são contraproducentes e representam medidas discriminatórias contra cidadãos europeus*".

ver pág. 3

em destaque:

Regina Bastos quer criação de emprego

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de **Regina Bastos** sobre a **agenda para novas competências e empregos**. Os eurodeputados analisam os desafios que as políticas de emprego enfrentam e fazem várias recomendações para promover a **criação de novos postos de trabalho**. O PE pede à Comissão e aos Estados-Membros que invistam mais na **criação de emprego** e promovam o **empreendedorismo**, a **criação de PME** e o **emprego independente**, a fim de criar mais oportunidades e reduzir a exclusão social.

O **relatório da Deputada Regina Bastos avança com várias recomendações** com vista a assegurar a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, promover a procura e a criação de emprego, melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, promover mercados de trabalho inclusivos e melhorar a qualidade do emprego e das condições de trabalho.

A relatora afirmou: "*Todos sabemos que a crise que actualmente nos afecta evidenciou as fragilidades do modelo económico e social europeu, bem como anulou vários dos progressos alcançados no passado. Desde que os primeiros efeitos da crise se começaram a sentir nos mercados de trabalho, em 2008, a Europa já perdeu mais de 5 milhões de empregos. Hoje são quase 23 milhões as pessoas sem emprego. O desemprego jovem é ainda mais assustador: a taxa de desemprego jovem está perto de 21 % e representa mais do dobro da taxa de desemprego gera*" e acrescentou: "*este relatório tem, assim, um duplo objectivo: primeiro, sublinhar a necessidade de agir rapidamente no sentido de colmatar as lacunas de competências na Europa; segundo objectivo, anteciparmos melhor as necessidades do mercado de trabalho em matéria de competências*".

O Relatório Bastos aborda questões como o acesso universal à aprendizagem ao longo da vida, às qualificações e às competências, a requalificação, a flexigurança, a integração no mercado de trabalho, a inclusão social e a luta contra a discriminação.

ver pág. 4

Índice

Entraves a cidadãos búlgaros e romenos.....	3
Agenda para novas competências e empregos.....	4
Orçamento da UE 2012.....	8
Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento.....	13
Novas regras contra abuso sexual de crianças e pornografia infantil.....	15
Ordem do dia da sessão.....	18

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELD- Europa da Liberdade e da Democracia

Responsável: Pedro Paulos e Cruz

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Parlamento Europeu apela à abertura dos mercados de trabalho da UE a cidadãos búlgaros e romenos

O Parlamento Europeu pediu aos Estados-Membros que continuam a impor restrições ao acesso dos cidadãos búlgaros e romenos aos mercados de trabalho que as suprimam até ao final deste ano. *"Estes entraves são contraproducentes e representam medidas discriminatórias contra cidadãos europeus"*, dizem os eurodeputados. O PE lamenta as recentes propostas de alguns países para restringir o acesso a estes trabalhadores e exorta a Comissão a investigar se essas políticas infringem o direito europeu.

O relatório sobre a mobilidade dos trabalhadores na UE, aprovado em plenário, realça que *"não foram comunicados efeitos negativos"* nos Estados-Membros que não aplicaram restrições à livre circulação de trabalhadores provenientes dos países que aderiram à UE em 2004 (dez países da Europa Central e de Leste) e 2007 (Bulgária e Roménia).

"A principal mensagem do relatório consiste em que, enquanto não se registarem efeitos negativos da mobilidade de trabalhadores, não há qualquer fundamento socioeconómico que justifique a manutenção dos entraves à entrada num novo mercado de trabalho, em particular no caso de cidadãos da Roménia e da Bulgária", diz o relator, Traian Ungureanu (PPE, RO).

"Os dados oficiais, incluindo dados da Comissão Europeia, demonstram que os trabalhadores da Europa Oriental não geraram desemprego nem colocaram pressão sobre os sistemas de segurança social. Pelo contrário, o fluxo destes trabalhadores gerou crescimento económico nos países de destino avaliado em cerca de 1% do PIB", acrescenta.

Alguns países da UE decidiram, no entanto, continuar a aplicar restrições nos respectivos mercados de trabalho aos cidadãos romenos e búlgaros. A Espanha – que levantou as restrições na mesma altura que Portugal, em finais de 2009 – voltou a impor restrições ao acesso dos nacionais romenos ao seu mercado do trabalho até 31 de Dezembro de 2012. Estas restrições temporárias foram autorizadas pela Comissão Europeia tendo em conta a actual situação económica espanhola. O executivo comunitário disse que irá acompanhar de perto a evolução da situação em Espanha e poderá alterar ou revogar a decisão a qualquer momento, se assim o entender.

No relatório aprovado, o Parlamento Europeu *"lamenta as propostas legislativas recentes de alguns Estados-Membros com vista a enfraquecer os direitos dos trabalhadores"* provenientes dos países que aderiram à UE em 2004 e 2007 e exorta a Comissão a investigar se essas políticas infringem o direito europeu.

Situação em Portugal

Portugal levantou as restrições para os trabalhadores búlgaros e romenos em finais de 2009.

Intervenções de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"Os cidadãos da UE e os membros das suas famílias têm o direito de circular e residir livremente no território dos Estados-Membros. Viver e trabalhar noutro Estado-Membro é um direito fundamental de qualquer cidadão europeu, embora as estatísticas indiquem que neste momento são poucas as pessoas que dele usufruem (2,3%). A mobilidade dos trabalhadores reveste-se de um carácter socioeconómico importante tanto para a UE, como para os Estados-Membros, contribuindo igualmente de forma positiva para a prossecução dos objectivos de emprego fixados na Estratégia Europa2020. Subsistem ainda vários entraves e restrições à plena aplicação desta liberdade fundamental que, constituindo uma violação deste direito, acabam também por dificultar a recuperação das economias da UE, podendo, além disso, ter efeitos contraproducentes, como o aumento do trabalho ilegal e da exploração de trabalhadores e uma expansão da economia paralela.*

Apoio a promoção da mobilidade profissional, com base numa estratégia abrangente, multidisciplinar e de longo prazo que proíba todos os entraves jurídicos, administrativos e práticos existentes à livre circulação de trabalhadores. Saliento a necessidade do desenvolvimento de uma política coerente, eficiente e transparente, centrada nas necessidades do mercado de trabalho e nas tendências económicas, do reforço da solidariedade e da partilha de responsabilidades entre Estados-Membros, a par de uma definição de um regime jurídico claro em matéria de migração legal".

Parlamento Europeu apela a investimentos para a criação de emprego

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de Regina Bastos sobre a agenda para novas competências e empregos. Os eurodeputados analisam os desafios que as políticas de emprego enfrentam e fazem várias recomendações para promover a criação de novos postos de trabalho. O PE pede à Comissão e aos Estados-Membros que invistam mais na criação de emprego e promovam o empreendedorismo, a criação de PME e o emprego independente, a fim de criar mais oportunidades e reduzir a exclusão social.

O relatório da eurodeputada portuguesa Regina Bastos (PPE) avança com várias recomendações com vista a assegurar a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, promover a procura e a criação de emprego, melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, promover mercados de trabalho inclusivos e melhorar a qualidade do emprego e das condições de trabalho.

O documento aborda questões como o acesso universal à aprendizagem ao longo da vida, às qualificações e às competências, a requalificação, a flexigurança, a integração no mercado de trabalho, a inclusão social e a luta contra a discriminação.

O PE pede à Comissão e aos Estados-Membros que invistam mais na criação de emprego e promovam o empreendedorismo, a criação de pequenas e médias empresas e o emprego independente, a fim de criar oportunidades de emprego e reduzir a exclusão social.

Avaliação dos custos sociais decorrentes dos cortes na despesa

Os eurodeputados instam também o executivo comunitário e os países da UE a "avaliarem os custos sociais decorrentes dos cortes na despesa", nomeadamente na área da educação e nas políticas activas do mercado de trabalho, "que poderão comprometer o combate à penúria de trabalhadores qualificados na Europa e colocar em risco a garantia do desempenho económico".

O PE apoia uma viragem para uma economia sustentável, mais inteligente e mais inclusiva enquanto enquadramento inspirador para promover a concorrência e o emprego.

A "Agenda para novas competências e novos empregos" insere-se no âmbito da Estratégia Europa 2020 e representa o contributo da Comissão para o objectivo ambicioso assumido pelos Estados-Membros de uma taxa de emprego de 75% para o grupo etário dos 20-64 anos, a concretizar até 2020.

Desde que os primeiros efeitos da crise se começaram a sentir nos mercados de trabalho, em 2008, a Europa já perdeu mais de 5 milhões de empregos. Hoje são quase 23 milhões as pessoas sem emprego. A taxa de desemprego dos jovens está perto de 21% e representa mais do dobro da taxa de desemprego geral.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Regina Bastos (PPE): *"Agradeço aos colegas relatores-sombra, com quem tive uma frutuosa colaboração, e agradeço também aos relatores dos pareceres das quatro comissões envolvidas. Os seus pareceres são um valioso contributo para este relatório. Recebemos 400 alterações e elaborámos 47 compromissos que foram aprovados na totalidade. Isto demonstra a importância e o interesse suscitado por este tema das novas competências e empregos. Trata-se, afinal, de preparar os recursos humanos da Europa, antecipando as necessidades do mercado laboral na próxima década. A estratégia-chave para a elaboração do relatório foi a de reformular as ideias comuns para evitar repetições e garantir a coerência do relatório. Penso que esse objectivo foi atingido.*

Todos sabemos que a crise que actualmente nos afecta evidenciou as fragilidades do modelo económico e social europeu, bem como anulou vários dos progressos alcançados no passado. Desde que os primeiros efeitos da crise se começaram a sentir nos mercados de trabalho, em 2008, a Europa já perdeu mais de 5 milhões de empregos. Hoje são quase 23 milhões as pessoas sem emprego. O desemprego jovem é ainda mais assustador: a taxa de desemprego jovem está perto de 21 % e representa mais do dobro da taxa de desemprego geral.

Por outro lado, em todos os Estados-Membros as taxas de desemprego variam em função dos níveis de qualificações. Isto significa que as pessoas com qualificações mais elevadas arranjam emprego mais facilmente. Sabemos também que, num futuro próximo, as necessidades em termos de aptidões, competências e qualificações vão aumentar em todos os tipos e níveis de profissão. Neste contexto, a Europa enfrenta quatro desafios: primeiro, a criação de empregos, segundo, a necessidade de se envolver e se manter competitiva, depois a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e, finalmente, a dificuldade em encontrar pessoas com as competências adequadas para preencher as ofertas de emprego.

Este relatório tem, assim, um duplo objectivo: primeiro, sublinhar a necessidade de agir rapidamente no sentido de colmatar as lacunas de competências na Europa; segundo objectivo, anteciparmos melhor as necessidades do mercado de trabalho em matéria de competências. Para isso, destacam-se várias medidas: primeira, para

assegurar a disponibilidade de mão-de-obra qualificada é preciso melhorar as competências básicas, assim como as competências nas ciências, inovação, tecnologias da informação e comunicação, bem como nas línguas estrangeiras. Como já referi, as necessidades de competências devem ser identificadas de forma precoce, num horizonte de, no mínimo, 10 anos. Sabe-se hoje o potencial de uma nova economia sustentável, da economia verde, e a necessidade de investimento em qualificações ecológicas. Depois deve-se aumentar a participação na formação ao longo da vida, na requalificação profissional e na redução do abandono escolar.

Outra matéria importante é o reconhecimento mútuo de diplomas e de qualificações profissionais e a urgência de se avançar com esse reconhecimento. Em quarto lugar, chamamos a atenção para a ligação que deve existir entre estabelecimentos de ensino e as necessidades do mercado de trabalho. Os estágios devem ser de qualidade e supervisionados por tutores de forma a poderem conduzir a um emprego e a acabar com eventuais abusos da situação de estagiário. É dado também particular destaque ao papel dos parceiros sociais e ao diálogo social. O relatório propõe igualmente medidas para promover a procura e a criação de emprego. Temos o futuro pela frente e temos que criar emprego. As Pequenas e Médias Empresas jogam aqui um papel decisivo para esse objectivo.

É também preciso reforçar o mercado único para facilitar a livre circulação dos trabalhadores e daí a necessidade da coordenação dos sistemas de segurança social para que os trabalhadores possam ver garantidos os seus direitos adquiridos, em especial a portabilidade das pensões.

Por último, a questão da flexibilidade do mercado laboral: para melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, as regras da flexisegurança devem ser adaptadas aos contextos socioeconómicos de cada Estado-Membro".

"Senhora Presidente, começo por agradecer a todos os colegas que intervieram neste vivo debate. Todos os colegas tiveram intervenções muito úteis e contribuíram para uma discussão muito construtiva, numa agenda que é ambiciosa num momento em que vivemos uma crise grave. Aliás, esta discussão está a acontecer exactamente na véspera da realização de um Conselho Europeu que irá mostrar se há ou não vontade política para superar as dificuldades que estamos a viver, se há vontade política para um aprofundamento da nossa coordenação em termos económicos e se há realmente uma vontade harmonizada e unitária para conseguirmos levar por diante a ambição que está nesta agenda, ou seja: ter novos empregos no próximo decénio, novos empregos que levem a que os jovens que hoje estão desempregados e aqueles que se estão a formar tenham esperança no mercado de trabalho, tenham esperança num mercado de trabalho inclusivo, que lhes dê resposta à sua ambição de dignificação através do trabalho, e que tenham também oportunidade de estar num dinamismo permanente para acompanharem os desafios de uma economia globalizada e com uma dinâmica que não tem paralelo nas últimas gerações.

Por isso, a nossa ambição é realmente que haja criação de empregos, que haja crescimento económico, para não só dar resposta àqueles que estão desempregados na sequência da crise, como àqueles que vão entrar no mercado de trabalho, e também dar resposta aos grandes desafios que aí estão com a economia verde, com os serviços na área da saúde, com os serviços na área do transporte, do alojamento, que requerem de todos nós uma visão diferente, uma visão inteligente e uma visão inclusiva do mercado de trabalho. Muito obrigada a todos".

Ilda Figueiredo (CEUE/EVN): *"Começo esta intervenção tentando trazer para este debate toda a revolta e indignação que se vive em muitos dos nossos países.*

São as revoltas dos trabalhadores com trabalho precário e mal pago, de milhões de mulheres e jovens a quem está a ser negado um emprego com direitos e um salário digno, e cujo futuro está hipotecado às políticas crescentemente neo-liberais, que apenas visam maiores ganhos, maiores lucros, para os mesmos de sempre.

Infelizmente este relatório não vai ao fundo destes problemas, não analisa as causas do elevado desemprego, as verdadeiras razões da perda de mais de 3,5 milhões de postos de trabalho nestes dois últimos anos e a previsão de perda de mais de 2,5 milhões de empregos nos próximos anos. Limita-se a imputar as culpas à crise, sem cuidar que as políticas do Pacto de Estabilidade, da livre concorrência, das liberalizações e privatizações, da flexibilidade laboral contribuíram para criar e agravar a crise. Assim, apesar de um ou outro ponto positivo, a maioria são meros paliativos, simples aspirinas para o cancro das políticas capitalistas anti-laborais e anti-sociais que alastram na União Europeia.

Hoje há milhares de pessoas altamente qualificadas que estão no desemprego. Por isso, o mais urgente é pôr fim ao encerramento em série de empresas, à deslocalização de multinacionais, à destruição de sectores industriais e agrícolas, ao ataque aos serviços públicos e às PME. Por isso, o mais urgente é acabar com as políticas ditas de austeridade, os programas de agressão aos trabalhadores e aos povos, como na Grécia e em Portugal. Sem isso, não teremos agenda para novas competências e novos empregos".

Edite Estrela (S&D): *"Eu também queria começar por felicitar a relatora pelo trabalho realizado.*

A criação de mais e melhores empregos deve ser uma prioridade da União Europeia. 23 milhões de desempregados é um número impressionante. A elevada taxa de desemprego tem consequências económicas e sociais e põe em causa a sustentabilidade dos sistemas de segurança social. É, por isso, necessário, melhorar as competências sobretudo dos jovens nas áreas da ciência, da educação, das novas tecnologias e, dessa forma, colocar a Europa no caminho do progresso.

As mulheres estão numa situação peculiar. São 60% dos novos licenciados, mas muito poucas optam pelas áreas da ciência e da tecnologia. O trabalho a tempo parcial é essencialmente feminino, quer dizer que parte do potencial das mulheres não é utilizado e que a sua independência económica é posta em causa a médio e longo prazo.

A UE deve apoiar programas específicos que promovam o recrutamento de mulheres para profissões técnicas, seguindo as boas práticas em alguns países. Gostaria ainda de salientar o papel importante do microcrédito que é uma ferramenta eficaz para o aumento da empregabilidade feminina, constituindo um dos meios mais eficazes para a independência económica das mulheres".

Carlos Coelho (PPE): *"Apoio este excelente relatório da Deputada Regina Bastos, que sublinhou bem que um melhor equilíbrio e correspondência no que diz respeito à oferta e procura do mercado de trabalho, apenas será possível se houver um reforço do capital humano e empregabilidade através da actualização de competências. Das acções propostas pela Comissão, gostaria de dar especial relevo à questão da "flexisegurança", ou seja uma maior flexibilização do mercado de trabalho e mantendo um nível de segurança no emprego. Adicionalmente a*

Comissão pretende envidar um esforço significativo no sentido de conceder os incentivos necessários e adequados para as pessoas e empresas. Isto é importante para que possa existir um investimento na formação e uma actualização contínua das habilitações em resposta à evolução dos mercados de trabalho. Como a Deputada Regina Bastos indica, há margem para melhorias. Das diversas sugestões que propõe, gostaria de realçar a necessidade de existir um nível elevado de qualidade na monitorização e antecipação daquelas que serão as competências mais indicadas e necessárias para o futuro dos estudantes, bem como uma redução da carga burocrático-administrativa para as PME, de forma a facilitar e estimular a criação de emprego".

Parlamento Europeu vota orçamento da UE para 2012

Um orçamento para o crescimento, emprego e inovação na União Europeia e para o apoio ao desenvolvimento e à democracia nos países vizinhos, foi esta a posição defendida pelo Parlamento Europeu ao votar o orçamento da UE para 2012.

Os eurodeputados procuraram, em geral, manter os níveis propostos pela Comissão Europeia, opondo-se aos cortes efectuados pelo Conselho em Julho. A posição do PE implica um aumento de 5,2% das dotações de pagamento em relação ao orçamento deste ano, o que equivale a um orçamento para 2012 de 133,1 mil milhões de euros.

A resolução sobre o orçamento foi aprovada em plenário por 431 votos a favor, 120 contra e 124 abstenções. Em Novembro, o Parlamento Europeu e o Conselho vão dar início a um período de conciliação de 21 dias para tentar chegar a acordo. Estão já agendadas reuniões para 8 e 18 de Novembro e trilogos para os dias 3, 10 e 14 do mesmo mês. No caso das duas instituições chegarem a acordo, o orçamento para 2012 será aprovado em Dezembro.

Investimentos em I&D, coesão e fundos estruturais

Os aumentos mais significativos propostos pelo Parlamento Europeu dizem respeito à Investigação e Desenvolvimento (+10,35%) e à Coesão e Fundos Estruturais (+8,8%). Trata-se do financiamento de projectos de investimento a longo prazo que atingiram agora, no quinto ano do actual quadro financeiro plurianual (perspectivas financeiras 2007-2013), a velocidade de cruzeiro.

Outra rubrica que deverá receber mais fundos é a da "*Liberdade, segurança e justiça*" (+6,84%), tendo em conta a necessidade de gerir os fluxos migratórios no Mediterrâneo e de prestar apoio aos refugiados.

O Parlamento Europeu atribui mais verbas às rubricas "*Competitividade para o crescimento e o emprego*" e "*A UE enquanto parceiro mundial*" do que as inicialmente propostas pela Comissão.

Investigação, inovação e educação

Francesca Balzani (S&D, Itália), uma das relatoras sobre o orçamento da UE para 2012, defende que a Estratégia Europa 2020 não deve ser vítima do clima de

austeridade, visto que os investimentos num crescimento inteligente e sustentável *"são mais necessários do que nunca para que a Europa saia da crise"*.

O Parlamento Europeu seguiu a sua recomendação para aumentar as verbas destinadas a programas relacionados com a Estratégia Europa 2020.

Por outro lado, os eurodeputados opõem-se a que o programa de fusão nuclear ITER seja financiado com fundos destinados à I&D pelo Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento, como proposto pela Comissão e pelo Conselho. Os parlamentares consideram que o ITER não deve ser financiado com verbas retiradas a outros programas de investigação.

Política de coesão

Quanto à coesão, os eurodeputados repõem as propostas da Comissão, que os Estados-Membros quiseram reduzir.

Agricultura e ambiente

O Parlamento Europeu acrescenta 250 milhões de euros aos fundos de emergência para os produtores de frutas e produtos hortícolas. Estas verbas destinam-se sobretudo a financiar medidas a favor dos produtores afectados pela crise ligada à bactéria E. coli e à prevenção de futuras crises.

Os eurodeputados apoiam também o financiamento do programa de ajuda alimentar, actualmente bloqueado no Conselho devido à base jurídica.

Liberdade, segurança e justiça

Os eurodeputados opõem-se aos cortes efectuados pelo Conselho ao Fundo Europeu para os Refugiados, ao Fundo Europeu de Regresso e ao Fundo para as Fronteiras Externas (45 milhões de euros).

Assuntos externos

O Parlamento Europeu aumenta em 100 milhões de euros os fundos destinados à Palestina, ao processo de paz no Médio Oriente e à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA).

Os eurodeputados aprovaram também 27 milhões de euros para o instrumento de cooperação para o desenvolvimento para a Ásia e a América Latina e três milhões para missões de observação eleitoral.

Para financiar estas áreas, o Parlamento Europeu cortou noutras rubricas, como por exemplo, na Missão de Polícia da UE no Afeganistão e em medidas de emergência no contexto da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Administração

O Parlamento Europeu procurou também cortar no seu orçamento. O eurodeputado português José Manuel Fernandes (PPE), relator sobre o orçamento da Eurocâmara, propõe um aumento de 1,44% (abaixo da inflação) face a 2011, tendo em conta a entrada, no próximo ano, dos 18 novos eurodeputados previstos pelo Tratado de Lisboa. Se estas despesas fossem excluídas, o aumento seria de apenas

0,8%, nota o relator. As instituições europeias vão, em 2012, procurar fazer mais com menos recursos financeiros, disse.

Para cortar nas despesas do PE, os eurodeputados propõem reduzir os custos de tradução e interpretação e reduzir em 5% os custos de viagens, fazendo, por exemplo, menos viagens em primeira classe. Os subsídios dos eurodeputados serão congelados nos níveis de 2011.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE): *"Senhor Presidente, vivemos uma crise financeira, económica e social que necessita e que obriga ao esforço de todas as instituições e, em simultâneo, a que essas instituições tenham os meios suficientes para estarem à altura dos anseios dos nossos cidadãos. Esta crise, este momento, é também o momento propício para os eurocépticos, os extremistas de esquerda e direita que ficam com terreno fértil para o populismo e para a demagogia. Os oportunistas têm sempre nestas alturas formas adicionais de tirar partido das dificuldades.*

No entanto, mesmo esses não podem esconder os enormes esforços, os cortes reais que todas as instituições da União Europeia fazem no orçamento para 2012. Note-se que o montante de todas as despesas administrativas e de funcionamento de todas as instituições corresponde apenas a 5,59 % do montante global do orçamento da União Europeia. É ainda de realçar que superámos o que era expectável pelo Conselho, Comissão e Parlamento, como prova a margem de cerca de 500 milhões de euros que temos na Rubrica 5, que é aquela que tem todas as despesas de todas as instituições na União Europeia. Tudo isto apesar das novas tarefas, dos novos deputados, das despesas da adesão da Croácia e da existência de novas instituições, como é o caso do Serviço Europeu de Acção Externa.

A actualização global do orçamento de todas as instituições para 2012 é de cerca de 1 %, muitíssimo abaixo da inflação, o que significa que há, em termos reais, um crescimento negativo no orçamento das mesmas.

O Conselho, e dirijo-me a ele, não pode fazer tábua rasa dos esforços e cortes de todas as instituições e tem a oportunidade de mostrar que as instituições foram até ao limite dos cortes para garantir um maior rigor e é evidente que os compromissos assumidos e inadiáveis têm de ser cumpridos. As despesas mínimas para a electricidade, as despesas de segurança e de manutenção, entre outras, têm de ser asseguradas.

Relativamente ao orçamento do Parlamento Europeu, congratulo-me com o esforço dos grupos políticos e da Mesa do Parlamento que conduziram a cortes reais e a cortes que eu chamaria também desestruturantes. Desde o início das negociações com a Mesa e até este momento, cortámos mais de 74 milhões de euros, chegámos a um acordo global com a Mesa do Parlamento, depois de várias reuniões de conciliação, que conduz a que a actualização para 2012 seja a mais baixa desde 1999, mesmo incluindo as despesas resultantes da adesão da Croácia e dos 18 novos deputados. Depois de, em conciliação com o Conselho, introduzirmos as despesas de adesão da Croácia prevemos que o orçamento do Parlamento Europeu para 2012 tenha uma actualização de apenas 1,9 %, ou seja, muito abaixo da inflação. É de notar que as estimativas que este plenário aprovou em Abril para o orçamento de 2012 correspondia a uma actualização de 2,3 e nessa actualização não estavam incluídas as despesas resultantes da adesão da Croácia e dos 18 novos deputados. Para reduzirmos estas estimativas, reabrimos as discussões com a Mesa e cortámos mais 25,1 milhões de euros.

Para sermos rigorosos e se quisermos fazer a comparação com 2011, temos de retirar estas duas novas despesas que resultam da adesão da Croácia e da entrada de 18 novos deputados, o que conduz a uma das mais baixas actualizações da história do Parlamento, de apenas 0,8 %. No entanto, com estes cortes, nós continuaremos a estar à altura, continuaremos a ter o mínimo para continuarmos com o projecto europeu, para estarmos à altura daquilo que os cidadãos europeus esperam de nós".

"Senhor Presidente, também eu queria agradecer ao Comissário, queria agradecer ao representante do Conselho, queria agradecer também de uma forma especial a todos os deputados, a todos os relatores-sombra que permitiram este orçamento e uma palavra também em relação ao orçamento do Parlamento Europeu, uma palavra para a Mesa do Parlamento, uma vez que fizemos um trabalho difícil mas frutuoso que, com a abertura da Mesa, com a colaboração da Mesa, nos permitiu chegar ao corte que já referi, mais de 74 milhões de euros no orçamento do Parlamento.

Alguns esclarecimentos que pretendo fazer, relativamente às poupanças nas despesas de interpretação e de tradução: de forma alguma teremos o princípio do multilinguismo beliscado, o princípio do multilinguismo para nós é sagrado, as despesas de interpretação e de tradução que reduzimos são cortes estruturais que obrigam, por exemplo, a que as reuniões de comissão que eram feitas de forma concentrada à terça e à quarta-feira, sejam de segunda a quinta-feira. O princípio do multilinguismo é algo que defendemos desde o início e que nunca será colocado em causa.

Em relação às viagens, propusemos um corte de 5 % para todo o tipo de viagens e impusemos, para que haja uma proposta em tempo útil, até 31 de Março, por parte da Mesa, uma reserva de 15 % para esse objectivo.

Em relação às despesas gerais, essa é uma competência da Mesa do Parlamento e, por isso, em reuniões de conciliação, pedimos à Mesa, e isso faz parte do acordo global, que fizesse o congelamento dessa despesa e é aquilo que acontece. Cumprimos as regras e as competências de cada interveniente, fizemos poupanças. No entanto, estas poupanças não colocam em causa o objectivo a que nos propomos, a excelência legislativa. O Parlamento Europeu e as suas instituições têm um orçamento austero mas em simultâneo um orçamento suficiente para cumprirmos com o projecto europeu".

Luís Capoulas Santos (S&D): *"Senhor Presidente, caros Colegas, Senhor Comissário, Presidência polaca, gostaria de me pronunciar sobre a componente agrícola do orçamento. A Europa precisa, mais do que nunca, de uma política agrícola comum forte, capaz de garantir bens alimentares de qualidade a preços acessíveis para os consumidores e num quadro sustentabilidade ambiental. Todos o sabemos. Por tudo isto, Senhoras e Senhores, gostaria aqui de reiterar a necessidade de um orçamento agrícola adequado para 2012. Congratulo-me com o acolhimento que obtiveram as propostas que emanaram da Comissão da Agricultura em sede de comissão de orçamento e faço aqui um apelo à sua confirmação por este plenário.*

Permita-me que, ainda chocado pelas decisões do último Conselho de Ministros de Agricultura, não possa deixar de me pronunciar sobre o bloqueio inqualificável que seis Estados-Membros estão a fazer relativamente à ajuda alimentar às pessoas

mais desfavorecidas. Num momento de grave crise económica e social em que milhões de cidadãos europeus passam por enormes dificuldades, não se compreende tamanha insensibilidade. Registo, por outro lado, com apreço os esforços da Comissão para encontrar uma solução satisfatória".

Miguel Portas (CEUE/EVN): *"Senhor Presidente, o primeiro problema desta proposta de orçamento para 2012 é o de que, no essencial, foi decidida em 2006. Os grandes números são anteriores à crise de 2008 e de 2009, são anteriores à crise das dívidas e a proposta que está em discussão não resolve nem reflecte a crise que aí vem em 2012.*

Este é um orçamento escasso, muito escasso para as necessidades da Europa e só os governos parecem estar convencidos do contrário. O segundo problema da proposta reside nos compromissos antigos que tem com interesses muito poderosos. Este orçamento gasta mais em políticas securitárias do que em educação, este orçamento apoia mais os grandes grupos económicos do que as pequenas e médias empresas, este orçamento canaliza mais recursos para as multinacionais do medicamento do que para a investigação universitária. Nós valorizamos o esforço da relatora, mas compreendam que não podemos apoiar esta proposta de orçamento.

Senhor Presidente, algumas palavras agora sobre o orçamento para este Parlamento. Pela primeira vez, existe um esforço de contenção de despesas, é por isso que eu não compreendo porque é que esse esforço deixa de lado os rendimentos e as despesas dos próprios deputados. Esta proposta corta 21 milhões de euros nos intérpretes e nas traduções, com consequências sobre o emprego e o multilinguismo, mas não ousa tocar nas verbas que temos ao dispor para as nossas despesas de escritório. A maioria desta Casa defende as políticas de austeridade, nalguns países, essas políticas de austeridade provocam desemprego em massa e estão a provocar cortes de 20 e 30 % nos salários e nas pensões.

Num contexto de injustiça tão grande, como é possível manter o princípio não escrito da intocabilidade dos nossos próprios rendimentos? Como querem vocês que os cidadãos olhem para nós, pior, como podemos nós olhar para os nossos concidadãos? Com que cara podemos olhar para eles? Um Parlamento que continua a insistir na intocabilidade dos nossos rendimentos é um aquário de irresponsabilidade e de insensibilidade social. Dentro de três horas, a nossa consciência vai a votos, a minha não foi raptada pela carteira".

João Ferreira (CEUE/EVN): *"Senhor Presidente, este orçamento deixa mais uma vez bem claro, qual a dimensão e o real significado da tão apregoada solidariedade europeia. Apenas 1,08 % do rendimento bruto global dos 27, um valor ainda inferior, em mais de 8 000 milhões de euros, ao previsto no quadro financeiro plurianual acordado em 2006, e pouco mais de 130 000 milhões previstos em pagamentos para 2012 inviabilizam qualquer coesão económica e social, mais a mais, no contexto da agressão em curso contra os países alvo dos programas FMI/União Europeia.*

Esta é, lamentavelmente, cada vez mais uma Europa de divergência e este orçamento comprova-o. Para se ter uma noção de escala e para se ter uma noção da real natureza e dos objectivos desta União Europeia, o montante global deste orçamento anda próximo, muito próximo do que se admite canalizar para a recapitalização da banca europeia. Mais uma vez, este orçamento vai além do que deveria no intervencionismo externo, no militarismo, na repressão da imigração,

mais uma vez, fica muito aquém do que se exigia na coesão, no emprego, nas áreas sociais e na preservação ambiental.

Uma última palavra de preocupação contra os cortes no orçamento deste Parlamento. Mais de 20 000 milhões de euros no serviço de interpretação e de tradução são uma séria e inaceitável ameaça ao multilinguismo e aos postos de trabalho de muitos trabalhadores que asseguram uma função imprescindível ao funcionamento desta Casa".

Carlos Coelho (PPE): *"Felicitó o Deputado José Manuel Fernandes pelo excelente trabalho como Relator do Orçamento do PE para 2012. Com este orçamento o Parlamento pode modernizar-se e estar à altura das suas responsabilidades num contexto de crise económica e financeira e a necessidade de dar o exemplo no emagrecimento dos custos. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa tem mais responsabilidades e uma acrescida carga de trabalho sobretudo nos processos legislativos com a multiplicação dos trilogos e das conciliações. Concordo assim e aplaudo: 1º- a redução global de 74 milhões de Euros relativamente à proposta de Orçamento feita pelo Secretário-Geral 2º- a redução em valor real do Orçamento de 2012 comparado com o de 2011. É preciso recuar 15 anos para encontrar tamanha redução nos Orçamentos do PE 3º- o congelamento do valor das Despesas Gerais dos Deputados (mantendo o valor de 2011) 4º- a recomendação para não actualizar tendo em função da inflação o valor dos subsídios aos Deputados 5º- a redução de 5% da verba destinada às viagens. Deploro a utilização do processo orçamental para fins de pequena política. É fácil, retirando verbas do seu contexto, polemizar com os gastos do Parlamento. Mas com isso não se reforça nem o Parlamento nem a Democracia".*

Primavera árabe vence Prémio Sakharov do Parlamento Europeu 2011

O Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento deste ano vai para cinco representantes da Primavera árabe, em reconhecimento dos seus esforços pela liberdade e pelos direitos humanos. O Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, vai entregar o prémio aos vencedores na sessão plenária de 14 de Dezembro, em Estrasburgo.

Os cinco vencedores do Prémio Sakharov 2011 são Asmaa Mahfouz (Egipto), Ahmed al-Zubair Ahmed al-Sanusi (Líbia), Razan Zaitouneh (Síria), Ali Farzat (Síria) e, a título póstumo, Mohamed Bouazizi (Tunísia). Esta nomeação foi apresentada em conjunto pelo Partido Popular Europeu, Socialistas e Democratas, Democratas e Liberais e Verdes/ALE.

Após a decisão tomada esta manhã pela Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu (Presidente e líderes dos grupos políticos), Jerzy Buzek disse: *"Estas pessoas contribuíram para mudanças históricas no mundo árabe. Este prémio reafirma a solidariedade e o apoio firme do Parlamento Europeu à sua luta pela liberdade, pela democracia e pelo fim dos regimes autoritários".*

A atribuição do Prémio Sakharov aos representantes da Primavera árabe *"é um símbolo para todos aqueles que trabalham pela dignidade, pela democracia e pelos direitos fundamentais no mundo árabe e para além dele"*, acrescentou o Presidente.

Asmaa Mahfouz

Asmaa Mahfouz é uma das fundadoras do movimento juvenil egípcio "*6 de Abril*", ao qual aderiu em 2008. A opressão de jornalistas e activistas pelo regime de Mubarak e o exemplo tunisino levou-a a organizar os seus próprios protestos. Os seus apelos à liberdade, colocados no YouTube, Facebook e Twitter, foram vistos por centenas de milhares de pessoas e levou-as à Praça Tahrir, para aí pedirem reformas democráticas, justiça social e respeito pelos direitos fundamentais. Asmaa Mahfouz foi detida sob a acusação de difamação dos dirigentes militares egípcios e presente a um tribunal militar, tendo sido libertada sob fiança devido às pressões de proeminentes activistas.

Ahmed al-Zubair Ahmed al-Sanusi

Ahmed al-Zubair Ahmed al-Sanusi foi o "*prisioneiro de consciência*" com mais tempo de detenção na Líbia. Em 1970, foi acusado de conspiração numa tentativa de golpe contra o Coronel Kadhafi e passou 31 anos na prisão, muitos deles em regime de isolamento. Membro do Conselho Nacional de Transição, está agora a trabalhar pela liberdade e pela democracia na era pós- Kadhafi.

Razan Zaitouneh

Razan Zaitouneh é uma activista dos direitos humanos na Síria. Fundou um blogue intitulado SHRIL, onde divulga regularmente as atrocidades cometidas no seu país. Através deste blogue, apela à comunidade internacional para pôr cobro à violência sofrida pelos manifestantes, mantendo igualmente contactos regulares com os meios de comunicação social internacionais para que estes dêem testemunho da situação na Síria. Razan Zaitouneh está actualmente escondida das autoridades, que a acusaram de ser uma agente estrangeira. O seu marido e o seu irmão encontram-se detidos.

Ali Farzat

Ali Farzat é um caricaturista político e um conhecido crítico do regime de Bashar al-Assad. Com o crescimento da actual revolta na Síria, iniciada em Março, Farzat tornou-se mais directo nas suas caricaturas anti-regime, visando especificamente al-Assad. Em Agosto, foi espancado pelas forças de segurança sírias, que fracturaram as mãos de Farzat e lhe confiscaram os desenhos, tendo-lhe depois dito: "*Isto é apenas um aviso*".

Mohamed Bouazizi

Mohamed Bouazizi era um vendedor ambulante tunisino, cuja auto-imolação, em Dezembro do ano passado, esteve na origem dos motins que despoletaram a revolução tunisina e o conseqüente derrube do Presidente Ben Ali. Esta revolta inspirou manifestações e revoluções noutros países árabes, como o Egipto e a Líbia, movimento que ficou conhecido pela designação de "*Primavera árabe*".

Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento

Todos os anos, desde 1988, o Parlamento Europeu atribui o Prémio Sakharov a indivíduos ou organizações que se destacaram na defesa dos direitos humanos e da democracia. O prémio, assim chamado em honra do cientista e dissidente político soviético Andrei Sakharov, tem o valor de 50 mil euros.

Os outros dois finalistas deste ano foram o activista bielorrusso Dzmitry Bandarenka e a Comunidade Pacífica San José de Apartadó, da Colômbia.

Parlamento Europeu aprova novas regras contra abuso sexual de crianças e pornografia infantil

O Parlamento Europeu aprovou uma directiva que prevê sanções penais mais severas contra as pessoas que abusam sexualmente de crianças ou que acedem a pornografia infantil na Internet. As novas regras obrigam também os Estados-Membros a remover os sítios Web que contenham pornografia infantil ou, se isso não for possível, permite-lhes bloquear o acesso a essas páginas. Estudos revelam que entre 10% a 20% das crianças na Europa sofrem alguma forma de abuso sexual.

A nova directiva estabelece regras para toda a UE sobre a definição dos crimes e sanções aplicáveis ao abuso e à exploração sexual de crianças e à pornografia infantil, bem como medidas para a prevenção destes crimes e a protecção das vítimas. Os Estados-Membros terão dois anos para transpor a directiva para a legislação nacional.

Sanções penais mais pesadas

A directiva prevê sanções penais para cerca de 20 crimes, um número bastante elevado em relação ao que é habitual na legislação europeia.

Como defendido pelos eurodeputados ao longo das negociações, as sanções serão mais severas quando o crime for cometido por um membro da família, por uma pessoa que coabita com a criança ou que "*abusou de uma posição manifesta de tutela ou da sua autoridade*" (como professores, educadores de infância, etc).

As sanções serão também mais pesadas se o crime for cometido contra uma criança numa situação particularmente vulnerável, nomeadamente devido a deficiência mental ou física ou a um estado de incapacidade, como o causado pela influência de drogas ou álcool.

Por exemplo, praticar actos sexuais com uma criança recorrendo à força ou coagi-la a prostituir-se será punível com uma pena de prisão de, pelo menos, dez anos (a directiva estabelece regras mínimas, pelo que os Estados-Membros podem prever sanções mais duras).

A produção de pornografia infantil será punível com uma pena de, pelo menos, três anos. As pessoas que acedam intencionalmente a um sítio Web que contenha pornografia infantil poderão ser punidas com um ano de prisão.

Aliciamento de crianças através da Internet e turismo sexual

A directiva criminaliza também o aliciamento de crianças através da Internet para fins sexuais (*on-line grooming*) e o turismo sexual infantil, tanto nos casos em que crime seja cometido no território de um Estado-Membro ou por um cidadão europeu fora da UE.

Sítios Web com pornografia infantil têm de ser suprimidos...

A nova directiva obriga os Estados-Membros a garantir a supressão imediata das páginas electrónicas que contenham ou difundam pornografia infantil sediadas no seu território. Os países europeus deverão também fazer tudo o que estiver ao seu alcance para cooperar com os países terceiros (Estados Unidos e outros) para garantir a supressão desses conteúdos dos servidores situados fora da UE.

... ou o acesso a essas páginas bloqueado

No entanto, apesar desses esforços, nem sempre é possível suprimir na fonte conteúdos com pornografia infantil quando os materiais originais estão situados fora da UE, quer porque o Estado de acolhimento dos servidores não está disposto a cooperar, quer porque a supressão do material se torna um processo particularmente longo.

Nesses casos, os Estados-Membros podem bloquear o acesso a páginas que contenham ou difundam pornografia infantil aos utilizadores da Internet no seu território. Estas medidas devem ser adoptadas por meio de processos transparentes e devem fornecer salvaguardas adequadas.

O número de sítios Web de pornografia infantil está a crescer, sendo colocadas todos os dias em circulação 200 novas imagens de pornografia infantil. As vítimas que aparecem nos sítios de pornografia infantil são cada vez mais jovens, enquanto as imagens se estão a tornar cada mais explícitas e violentas.

Proibição de voltar a trabalhar com crianças na UE

Tendo em conta que cerca de 20% dos autores de crimes sexuais reincidem após uma condenação, a directiva prevê que uma pessoa condenada possa ser *"impedida, temporária ou permanentemente, de exercer actividades pelo menos profissionais que impliquem contactos directos e regulares com crianças"*.

Os empregadores, ao recrutarem pessoal para actividades profissionais ou voluntárias com crianças, poderão solicitar informação sobre a existência de condenações por este tipo de crimes.

Os Estados-Membros poderão ainda adoptar outras medidas, como a criação de *"registos de autores de crimes sexuais"*.

Próximos passos

A directiva, já acordada entre os eurodeputados e os ministros da Administração Interna, deverá ser formalmente aprovada pelo Conselho de Ministros da UE antes do final deste ano. Uma vez aprovada, os Estados-Membros terão dois anos para transpor a directiva para a legislação nacional.

Intervenções de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"A legislação internacional estabelece parâmetros elevados para a protecção das crianças, porém, a respectiva implementação ao nível nacional falha muitas vezes o seu objectivo de garantir uma protecção adequada às crianças. As legislações nacionais cobrem alguns destes problemas, em graus diferentes, mas não são suficientemente rigorosas ou coerentes a dar uma resposta social e penal*

vigorosa. A nova Directiva deverá assegurar um quadro normativo abrangente, abrangendo 3 vertentes: -Repressão - O abuso e a exploração sexual de crianças devem ser penalizados de forma eficaz, proporcionada e dissuasora, com a introdução de sanções mais rigorosas e novos tipos de infracções penais. - Protecção das vítimas - reforço da protecção, através de uma assistência adequada e contínua, tendo sempre em conta o interesse superior da criança. -Prevenção - através de medidas dissuasoras, de redução da procura e de medidas para reduzir o risco das crianças se tornarem vítimas. São igualmente necessárias técnicas e instrumentos de investigação adequados e eficazes, e por outro lado, acções de sensibilização e de educação, bem como a criação de linhas de ajuda/ emergência. Porém, é imperativo que os objectivos políticos delineados pela Comissão no Programa da UE em matéria de Direitos da criança também se possam traduzir em acções concretas o mais rápido possível".

Ordem do dia 24 a 27 Outubro

► Segunda-feira, 24 de Outubro de 2011

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Mobilidade e inclusão das pessoas deficientes - *Relatório: Ádám Kósa (A7-0263/2011)*

Modernização da política de contratos públicos - *Relatório: Heide Rühle (A7-0326/2011)*

"Small Business Act", a crise e as PME - *Perguntas orais (O-000188/2011 - B7-0624/2011)*
(O-000276/2011 - B7-0638/2011)

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

A promoção da mobilidade dos trabalhadores - *Relatório: Traian Ungureanu (A7-0258/2011)*

Processo de avaliação mútua da Directiva Serviços - *Relatório: Małgorzata Handzlik (A7-0324/2011)*

Modos alternativos de resolução de litígios em matéria civil, comercial e de família - *Relatório: Diana Wallis (A7-0343/2011)*

Governança económica global - *Relatório: Gunnar Hökmark (A7-0323/2011)*

Situação das mães solteiras - *Relatório: Barbara Matera (A7-0317/2011)*

A criminalidade organizada na União Europeia - *Relatório: Sonia Alfano (A7-0333/2011)*

Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda - *Relatório: Cristian Dan Preda (A7-0313/2011)*

► Terça-feira, 25 de Outubro de 2011

09:00 - 10:50

Semestre Europeu 2011: primeiras lições - *Perguntas orais (O-000219/2011 - B7-0625/2011)*
(O-000220/2011 - B7-0626/2011)

Quitação 2009: Conselho - *Relatório: Crescenzo Rivellini (A7-0328/2011)*

10:50 - 12:20

Período de perguntas (Comissão)

12:30 - 14:00 VOTAÇÃO

Projecto de orçamento rectificativo n.º 5/2011- Secção IX - Autoridade Europeia para a Protecção de Dados.

Secção X - Serviço Europeu para a Acção Externa - *Relatório: Helga Trüpel (A7-0346/2011)*

Quitação 2009: Academia Europeia de Polícia (AEP) - *Relatório: Georgios Stavrakakis (A7-0330/2011)*

Quitação 2009: Agência Europeia de Medicamentos - *Relatório: Georgios Stavrakakis (A7-0329/2011)*

Pneumáticos dos veículos a motor e seus reboques - *Relatório: Antonio López-Istúriz White (A7-0349/2011)*

Modos alternativos de resolução de litígios em matéria civil, comercial e de família - *Relatório: Diana Wallis (A7-0343/2011)*

Quitação 2009: Conselho - *Relatório: Crescenzo Rivellini (A7-0328/2011)*

Aplicação de fases de emissões a tractores de via estreita - *Relatório: Salvatore Tatarella (A7-0282/2011)*

Motores colocados no mercado ao abrigo do regime flexível - *Relatório: Sirpa Pietikäinen (A7-0080/2011)*

Mobilidade e inclusão das pessoas deficientes - *Relatório: Ádám Kósa (A7-0263/2011)*

Modernização da política de contratos públicos - *Relatório: Heide Rühle (A7-0326/2011)*

A promoção da mobilidade dos trabalhadores - *Relatório: Traian Ungureanu (A7-0258/2011)*

Processo de avaliação mútua da Directiva Serviços - *Relatório: Małgorzata Handzlik (A7-0324/2011)*

Governança económica global - *Relatório: Gunnar Hökmark (A7-0323/2011)*

Situação das mães solteiras - *Relatório: Barbara Matera (A7-0317/2011)*

A criminalidade organizada na União Europeia - *Relatório: Sonia Alfano (A7-0333/2011)*

Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda - *Relatório: Cristian Dan Preda (A7-0313/2011)*

15:00 - 22:00

Ponto da situação relativamente às negociações do Conselho Europeu sobre a crise económica - *Declaração do Presidente do Parlamento Europeu*

Vaga de despedimentos na Europa na sequência da crise económica, nomeadamente nas empresas Arcelor e Nokia - *Declaração da Comissão*

Agenda para Novas Competências e Empregos - *Relatório: Regina Bastos (A7-0320/2011)*

Balanço da directiva relativa à licença de maternidade - *Pergunta oral (O-000184/2011 - B7-0623/2011)*

Discussão conjunta - Tributação

Regime fiscal aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes - *Relatório: Sven Giegold (A7-0314/2011)*

Compatibilidade entre os acordos fiscais alemães e britânicos com a Suíça e a Directiva "Tributação da poupança" da UE - *Pergunta oral (O-000229/2011 - B7-0635/2011)*

► **Quarta-feira, 26 de Outubro de 2011**

09:00 - 11:50

Discussão conjunta - Orçamento para 2012

Posição do Parlamento sobre o projecto de orçamento para 2012, alterado pelo Conselho - *Relatório: Francesca Balzani, José Manuel Fernandes (A7-0354/2011)*

Mobilização do Instrumento de Flexibilidade - *Relatório: Reimer Böge (A7-0353/2011)*

Normas financeiras aplicáveis ao orçamento anual da União - *Relatório: Ingeborg Gräßle, Crescenzo Rivellini (A7-0325/2011)*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Projecto de orçamento geral da União Europeia - exercício de 2012

Posição do Parlamento sobre o projecto de orçamento para 2012, alterado pelo Conselho - *Relatório: Francesca Balzani, José Manuel Fernandes (A7-0354/2011)*

Celebração e aplicação provisória do Acordo de Cooperação sobre Navegação por Satélite entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e o Reino da Noruega - *Recomendação: Herbert Reul (A7-0316/2011)*

Acordo Estados Unidos da América/CE sobre a promoção, a oferta e a utilização dos sistemas de navegação por satélite GALILEO e GPS - *Recomendação: Herbert Reul (A7-0332/2011)*

Regime fiscal aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes - *Relatório: Sven Giegold (A7-0314/2011)*

Normas financeiras aplicáveis ao orçamento anual da União - *Relatório: Ingeborg Gräßle, Crescenzo Rivellini (A7-0325/2011)*

Agenda para Novas Competências e Empregos - *Relatório: Regina Bastos (A7-0320/2011)*

15:00 - 21:00

Criação de um programa conjunto de reinstalação da UE - *Pergunta oral (O-000238/2011 - B7-0636/2011)*

Ameaça à saúde pública da resistência antimicrobiana - *Perguntas orais (O-000214/2011 - B7-0633/2011)(O-000215/2011 - B7-0634/2011)*

Discussão conjunta - Abuso sexual de crianças - direitos da criança

Abuso e exploração sexual de crianças e a pornografia infantil - *Relatório: Roberta Angelilli (A7-0294/2011)*

Os direitos das crianças na União Europeia - *Perguntas orais (O-000231/2011 - B7-0627/2011) (O-000273/2011 - B7-0637/2011)*

Condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar de protecção internacional - *Relatório: Jean Lambert (A7-0271/2011)*

Acordo UE-Austrália sobre o tratamento e a transferência de dados do registo de identificação dos passageiros (PNR) - *Recomendação: Sophia in 't Veld (A7-0364/2011)*

► **Quinta-feira, 27 de Outubro de 2011**

09:00 - 10:30

Relatório Anual do Provedor de Justiça relativo a 2010 - *Relatório: Iliana Malinova Iotova (A7-0285/2011)*

10:30 - 12:20 DEBATE PRIORITÁRIO

Conclusões do Conselho Europeu (23 de Outubro de 2011) - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

12:30 - 14:00 VOTAÇÃO

Relatório Anual do Provedor de Justiça relativo a 2010 - *Relatório: Iliana Malinova Iotova (A7-0285/2011)*

Abuso e exploração sexual de crianças e a pornografia infantil - *Relatório: Roberta Angelilli (A7-0294/2011)*

Condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar de protecção internacional - *Relatório: Jean Lambert (A7-0271/2011)*

Parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade do Acordo UE-Austrália sobre os dados relativos aos passageiros (PNR) com os Tratados - *Proposta de resolução*

Acordo UE-Austrália sobre o tratamento e a transferência de dados do registo de identificação dos passageiros (PNR) - *Recomendação: Sophia in 't Veld (A7-0364/2011)*

Situação no Egipto e na Síria, em especial das comunidades cristãs - *Propostas de resolução*

Desenvolvimentos actuais na Ucrânia - *Propostas de resolução*

Ameaça à saúde pública da resistência antimicrobiana - *Propostas de resolução*

15:00 - 16:00

Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (Artigo 122.º do Regimento)

Tibete, em especial a auto-imolação de freiras e monges

Bahrein

O caso de Rafah Nached na Síria

16:00 - 17:00 Votação (no final dos debates anteriores)

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (Artigo 122.º do Regimento)